



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/01/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

Aos doze dias do mês de janeiro de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:35 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho chegou à reunião pelas 11:30 horas, quando se iniciava a discussão e votação do ponto 15 da ordem do dia, em virtude de ter estado presente na Conservatória do Registo Predial de Leiria, no âmbito da sua atividade profissional, conforme Declaração justificativa que se anexa à presente ata (**Anexo 1**).

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

- 1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**
- 2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 33, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2015**
- 3. REQ. N. 1817/15, DATADO DE 04/12/2015 – PC N.º 453/15, DATADO DE 04/12/2015 – CAROLINA FÉLIX MARQUES**
- 4. REQ. N. 1492/15, DATADO DE 14/10/2015 – PC N.º 379/15, DATADO DE 14/10/2015 – AUGUSTO BATISTA DIAS e MARIA HORTENSE PEREIRA SAPATEIRO BATISTA DIAS**

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/01/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

5. REQ. N. 1923/15, DATADO DE 18/12/2015 – PC N.º 164/15, DATADO DE 19/05/2015 – MANUEL CASEIRO & FILHOS, LDA
6. REQ. N. 1891/15, DATADO DE 16/12/2015 – PC N.º 475/15, DATADO DE 16/12/2015 – RAIMUNDO SOUSA SANTOS
7. REQ. N. 851/14, DATADO DE 06/06/2014 – PC N.º 196/14, DATADO DE 06/06/2014 – RUI MANUEL LEAL DOMINGUES
8. REQ. N. 1933/15, DATADO DE 22/12/2015 – PC N.º 314/12, DATADO DE 23/10/2012 – MARIA HELENA MENDES VINAGRE DE SOUSA ARTILHEIRO
9. REQ. N. 1966/15, DATADO DE 28/12/2015 – PC N.º 177/14, DATADO DE 23/05/2014 – CÉSAR JORGE DO COUTO FERNANDES e ANA PAULA CALVÁRIO DOS SANTOS
10. REQ. N. 1967/15, DATADO DE 28/12/2015 – PC N.º 177/14, DATADO DE 23/05/2014 – CÉSAR JORGE DO COUTO FERNANDES e ANA PAULA CALVÁRIO DOS SANTOS
11. REQ. N. 1850/15, DATADO DE 09/12/2015 – PC N.º 460/15, DATADO DE 09/12/2015 – LUIS CARLOS FERREIRA MENDES e VANESSA ISABEL VENTURA PEDROSO DOS SANTOS
12. REQ. N. 1854/15, DATADO DE 09/12/2015 – PC N.º 22/14, DATADO DE 22/01/2014 – RODRIGO ALVES LAVOS
13. REQ. N. 344/13, DATADO DE 07/03/2013 – PC N.º 418/11, DATADO DE 10/11/2011 – MANUEL SIMÕES CARVALHO
14. ORÇAMENTAÇÃO E GESTÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL PARA O ANO DE 2016.
15. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VEÍCULO AUTOMÓVEL DE PASSAGEIROS - REQUERENTE: BRUNO MARQUES LEAL – AUDIÊNCIA PRÉVIA DA PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – DECISÃO FINAL
16. RECEPÇÃO DEFINITIVA
17. P.A. N.º 68/2015 – AP/DISU - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O CONCELHO DE MARINHA GRANDE – APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/01/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

18. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

19. PROTOCOLO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE/RÁDIO CLUBE MARINHENSE

20. RESUMO DE TESOUREARIA

Os processos que se seguem serão discutidos à porta fechada.

21. PROCESSO DISCIPLINAR Nº 1/2015/DJC – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO FINAL – DECISÃO

22. PROCESSO DISCIPLINAR Nº 2/2015/DJC – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO FINAL – DECISÃO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Não se registou qualquer inscrição.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Antes de dar a palavra aos Srs. Vereadores, o Sr. Presidente informou o seguinte:

- No seguimento do louvor às empresas marinhenses recebeu um e-mail do Sr. João Faustino, da TJ Moldes, que o convidou a visitar a empresa e que terá muito gosto em convidar todo o executivo para também visitar a empresa. O Sr. Presidente vai efetuar essa marcação e depois informará os Srs. Vereadores.

- Sobre o Pinhal das Artes, evento organizado pela SAMP, informou que há um comunicado do ICNF sobre a realização do mesmo e que contactou o gabinete do Secretário de Estado, estando marcada uma reunião, em que para além do Secretário de Estado estará presente a Associação e ele próprio, em representação da CMMG.

De seguida deu a palavra à **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira**, para informar sobre as comemorações do 18 de janeiro.

A **Sr.ª Vereadora** informou que o programa já seguiu para os Srs. Vereadores. Vai haver uma sessão solene na Câmara Municipal, há também alguns espetáculos programados, o Conselho Municipal da juventude também vai colaborar, trazendo ao centro os alunos do 11.º e 12.º ano, para compreenderem o que foi o 18 de janeiro de 1934. Espera ter a colaboração de todos, e que todos os Srs. Vereadores falem um pouco na sessão solene, que se realizará no Salão Nobre, às 10:00 horas, sobre aquilo que sentem e o que representa para cada um o 18 de janeiro.

O Sr. Vereador Carlos Logrado cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Desejou a todos um bom ano e fez votos para que a Câmara desempenhe cada vez melhor a sua função. Não significa que não o tenha feito bem, só que tem de melhorar, pois a máquina é muito pesada e de difícil governação. Esta deverá ser a aposta para este ano e que todos estejam imbuídos deste espírito de colaboração.
- ⇒ Sobre o Pinhal das Artes – considera que é importante como evento público, que tem retorno muito positivo para o concelho, e é claramente um dos principais eventos públicos pelo número de visitantes que atrai, marinhenses e não marinhenses. Julga que todos ficaram muito tristes ao saber que poderá não se realizar. O executivo está a fazer tudo, mas talvez agora já não esteja só nas suas mãos. Este ano poderá ou não acontecer, mas resolver o problema deste ano não lhe parece suficiente, tem que ser tratado de uma forma muito mais profunda e com tempo. A solução passa pela gestão das matas. O + Concelho defende a gestão das matas pelo município, porque a má vontade das matas criou este problema como também já antes tinha criado outros. Não se pode estar dependente da boa ou má vontade das matas, que cobra pela realização dos eventos, mesmo que ao autorize. As matas devem passar para o concelho da Marinha Grande. Não será caso único, uma vez que a Mata do Buçaco também já passou para uma Fundação. Na sua opinião esta é a luta que é preciso empreender: a passagem da gestão das matas nacionais para a CMMG.

O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Disse que vai desejar bom ano com as letras do seu nome, o A e o S.

- ⇒ Com o A – deseja a todos um bom astral, positivo, e para isso a Câmara também deve contribuir. A de amizade e de amor. E A de automóveis, que estão por todo o lado, velhos, abandonados, e a ocupar espaço que deveria ser pago.
- ⇒ Com o S – deseja saúde para todos, sorte, que também se conquista e sucesso, importante para qualquer organização, e solução para resolver o problema, e porque não sorriso, e também o sonho, de uma cidade mais bonita, e ainda S de satisfazer tudo aquilo que foi aprovado pela Câmara no seu Orçamento. Por último o S de sinalética. Noutras cidades encontram-se placas a saudar a entrada nas povoações e a Marinha Grande continua sem sinalética.
- ⇒ O governo PS prevê dinheiro para a revitalização dos centros históricos, por isso há que aproveitar, lembrando que há seis anos que vem falando deste assunto.
- ⇒ Chamou a atenção para as sebes que se encontram nos separadores centrais, que precisam de ser cortadas porque impedem a visibilidade.
O **Sr. Presidente** informou que a partir de amanhã vão ser cortadas.
- ⇒ Referiu que se deve prosseguir a política dos três M's: mudar o que está mal, melhorar o que está bem e manter o que está ótimo.
- ⇒ Pinhal das Artes – tem a certeza que o executivo vai conseguir que o evento se realize, porque agora com o governo PS tudo se irá concretizar.

O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Não vê mal nenhum na abertura da discussão sobre a gestão das matas. Acha bem o que o Sr. Vereador Logrado diz sobre o fazer pressão nesta luta.
- ⇒ Anunciou que hoje à tarde o Secretário-Geral do PCP, Jerónimo de Sousa, visitará a TJ Moldes.
- ⇒ Ainda sobre os subsídios: referiu que num apoio de 1.750,00 € ao S.O.M. foi aplicada a tal cláusula de que já aqui falou e com a qual não concorda, e o S.O.M. acabou por receber pouco mais de 300 €. Entende que o executivo não atuou deliberadamente mas a verdade é que aqueles protocolos e acordos que não assinou são altamente lesivos dos interesses das coletividades. Em anos anteriores isto não aconteceu, e eles sempre receberam o valor que foi deliberado atribuir. As percentagens não se aplicam sempre. À semelhança do que já havia feito na reunião de 26/11/2015, leu novamente o art.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, recordando que a utilização da percentagem é uma opção, não é obrigatória, e o que se está a fazer é uma interpretação abusiva da lei.
- ⇒ Chamou a atenção para uma cabine telefónica existente em S. Pedro de Moel, junto ao Centro Azul, que está completamente degradada, e que se não servir deverá ser retirada.
- ⇒ Disse que dá todo o seu apoio à Câmara para a realização do Pinhal das Artes deste ano.
- ⇒ Divulgação das sessões de cinema – parece-lhe que não está a chegar à população. O explorador do cinema talvez precise que a Câmara o ajude a chegar às pessoas na divulgação das sessões.

- ⇒ Comemorações do 18 de janeiro – acha estranhíssimo que as comemorações da Câmara sejam coincidentes com aquelas de quem há décadas tem organizado estas comemorações, que é o Sindicato Vidreiro. Como é que este tem uma romagem ao cemitério às 10:00 horas e às 11:00 horas uma romagem ao monumento, à qual a Câmara se tem associado ao longo dos anos, com a colocação de uma coroa de flores, e na Câmara, às 10:00 horas, à mesma hora, está a decorrer uma sessão solene. Isto fará com que as pessoas se tenham que dividir entre a Câmara e o cemitério. Ele próprio não poderá estar nos dois lados. Os mal-intencionados poderão pensar que a Câmara quer institucionalizar as comemorações do 18 de janeiro e afastar o Sindicato. Os Vereadores da CDU não irão estar presentes na sessão solene e no desfile, porque irão ao cemitério. Apercebeu-se desta situação agora, pela agenda cultural, e não compreende como se chegou a isto, uma vez que houve conversações entre a Câmara e o Sindicato. Não acha bem que os eventos se realizem ao mesmo tempo.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Começou por desejar um bom ano 2016, com saúde, que permita boas realizações e concretizações, sobretudo políticas, de modo a engrandecer a nossa terra e os munícipes.
- ⇒ Tem repetidamente afirmado que tudo o que for feito para criar atividade à terceira idade, os chamados seniores, seja em Universidades seniores ou qualquer outra, retirando-os de casa, convivendo com os seus pares, fazendo exercício físico, aprendendo algo mais (como exemplo utilizar um computador), é altamente desejável e terá sempre o seu apoio.
- Mas há também aqueles seniores que preferem estar na rua, de preferência num local de passagem de muita gente, onde podem comentar e agradecer com os amigos. Estes sentam-se regularmente nos chamados “bancos dos reformados”. Existem em alguns locais, tanto na Marinha como na Vieira e na Moita. Bem perto do cemitério podemos encontrar alguns destes bancos onde alguns idosos passam as suas tardes. Também se viam alguns sentados em frente da rodoviária e dos correios, mas recentemente os seus “bancos de reformados” foram substituídos por assentos. Sem costas, de cimento, com uma superfície lisa que quando chove retém a água e impossibilita que alguém se possa sentar. Sejam os reformados ou os utentes que esperam o autocarro ou a sua vez para o correio.
- Qual a razão por que foram retirados os bancos de madeira e ali foram colocados assentos desconfortáveis de cimento? **Sugeriu** que voltem a ser colocados bancos com encosto para permitir que as pessoas, sobretudo os mais idosos, ali passem algum tempo.
- ⇒ Na última reunião assinalou-se e enalteceu-se a iluminação do Marco Rotário. Registou que vários munícipes o abordaram sobre este assunto mas questionaram-no sobre os outros (poucos) monumentos da Marinha. Na verdade o monumento que está na Rotunda do Vidreiro e o que está na Rotunda do Vidraceiro, na

Amieirinha, estão completamente às escuras. Seguindo o que foi feito no Marco Rotário, sugeri que seja estudada uma iluminação para os outros monumentos.

⇒ E porque se aproxima o 18 de janeiro e uma vez mais irão ser homenageados os vidreiros, referiu que gostaria de fazer uma reflexão sobre a Rotunda do Vidreiro. É um assunto que por diversas vezes já foi discutido e tem a ver com o embelezamento da praça mais movimentada da nossa cidade, não apenas pelos marinhenses, mas por todos os visitantes que atravessam a Marinha Grande.

A sugestão, que não é inédita, é mover a estátua que é uma homenagem ao movimento operário do 18 de janeiro de 1934, para o lado do Parque Mártires do Colonialismo, na “meia-lua” que então lá foi criada. Esta estátua foi criada pelo mestre Joaquim Correia em 1983 e encontra-se bastante degradada. Por esse motivo deve analisar-se a possibilidade de a replicar em bronze.

⇒ Simultaneamente propôs a este executivo permanente que encontre um outro local de propaganda política e da própria Câmara, de modo a retirar os cartazes permanentes lá existentes e a tornar a Rotunda do Vidreiro e a sua envolvente um local nobre, limpo, sem ruído ambiental.

⇒ Seguidamente falou de dois assuntos, que embora seja repetidamente dito não serem da responsabilidade da Câmara, afetam diretamente os marinhenses, e como estão em território concelhio, num espaço público, a Câmara tem a responsabilidade de encontrar soluções adequadas.

- O primeiro é uma vez mais o cruzamento na Embra, que vai para as Trutas, em frente ao Pingo Doce. Quem construiu aquele mamarracho demonstra incompetência. Quem permite que ele assim fique não pode fugir a responsabilidades. Está ali uma armadilha, com separadores centrais que só atrapalham, sem iluminação noturna, com semáforos que não funcionam. São permanentes os problemas, com carros a atravessar os separadores centrais ou a subirem os lancis, danificando pneus e provocando acidentes. A semana passada o mesmo reboque foi lá retirar 4 carros nas mesmas circunstâncias. Questionaram-no a quem deviam pedir responsabilidades, por isso faz aqui a mesma pergunta para poder responder aos munícipes.

Sugeri que este executivo permanente analise com os técnicos camarários e proponha rapidamente uma solução aos “donos” da estrada. Andaram a alcatroar a estrada e deixaram-na sem condições de escoamento, já para não falar das pinturas. É tempo de dizer basta e resolver o problema.

- O outro assunto a que se referiu tem a ver com o Pinhal das Artes. Não é uma organização da Câmara, mas sim da SAMP, Sociedade Artística e Musical dos Pousos, produzida na Mata Nacional. No entanto, não deixa de ser realizada no nosso território, envolve muitos marinhenses e é visitada por milhares de turistas do norte a sul do país. Recebeu um mail duma pessoa de Abrantes que dizia ter cá vindo em 2014 e que refere *“Foi uma experiência que nos marcou e que tencionávamos repetir este ano, inclusive estávamos para marcar férias para participar de uma forma mais activa.”*

Já se ouviu muito ruído sobre este assunto, até chegou à Assembleia da República, mas parece que há versões contraditórias.

Por isso coloca duas questões:

- a) Sendo um acontecimento cultural de relevo nacional realizado no nosso concelho, o que fez a Câmara para assegurar que o evento se realizaria?
- b) Ouvimos a SAMP dizer que o INCF tinha feito exigências e que não iria permitir a realização do evento nas árvores. O INCF diz que não foi assim, que tudo se pode resolver de modo a realizar o evento. Agora a SAMP diz que cancelou o evento, pelo que agradecia o esclarecimento por parte da Câmara.

⇒ Referiu ainda o seguinte:

“Por altura do fim de ano passei pelo Alqueva e pela zona envolvente. O maior lago artificial da comunidade europeia é indiscreto e atrevo-me a dizer que foi uma das obras mais estruturantes realizadas em Portugal nas últimas décadas. O baixo Alentejo alterou-se completamente, deixando de ser uma das zonas mais pobres da Europa para ter focos de investimento e desenvolvimento, baixando drasticamente o desemprego. O processo evolutivo culminou com uma área coberta de água de 250 km².

Quando cheguei à Marinha questionei se haveria também algum projecto estruturante desta natureza, pois a quantidade de água espalhada pelos vários locais era imensa. O Parque Mártires do Colonialismo estava transformado num lago com o salão de chá a fazer de ilha. A Praça em S. Pedro tinha umas cascatas. A rua Manuel Pereira Roldão onde era o Marques Pereira, passou de rua a rio. Pensei até se não nos iríamos mudar como aconteceu com a aldeia da Luz.

*São conhecidas as alterações atmosféricas e as condições extremas a que vamos estar sujeitos. A **minha questão** é o que está a preparar a Câmara para que estas situações não se voltem a repetir.”*

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira informou o seguinte:

- ⇒ Cinema – também tem tido a informação da pouca divulgação. Sabe que a divulgação no facebook tem adesão e que a comunicação social também divulga, mas compreende que não chegue a toda a gente. Está a ser pensada a criação de um painel eletrónico na fachada do cinema, para chamar a atenção de todos que ali passam.
- ⇒ Subsídios – tudo fez para alterar o que estava deliberado. Os subsídios estavam definidos por cláusulas de percentagens desde junho, e mediante os documentos apresentados pelas associações não foi possível alterar a situação. Espera que no futuro se possa alterar, designadamente no regulamento.

- ⇒ Comemorações do 18 de janeiro – parece-lhe que alguma coisa está mal contada. O Sindicato sempre foi ouvido para se acertarem os horários com a Câmara, e este ano também assim foi. Julga que está a ser levantada uma questão que não tem razão de existir e à qual não lhe cabe fazer a sua análise.
- ⇒ Pinhal das Artes – o Sr. Presidente já disse as diligências que a Câmara está a desenvolver. A Câmara sempre teve uma política de grande proximidade com a SAMP para a realização do evento, e é vontade do executivo permanente e tudo fará para que este ano ele se realize, desde que a SAMP o queira fazer.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que as questões levantadas sobre os apoios e o cinema se destinam a tentar encontrar formas para resolver os problemas. Sobre o 18 de janeiro o que pode dizer é que teve conhecimento das comemorações do Sindicato e das da Câmara, e constatou que são em horários coincidentes. Como quer participar também na sessão solene, sugeriu que a Câmara altere a hora da sessão, e que se integre na romagem ao cemitério.

O **Sr. Presidente** referiu que a Câmara, para dar dignidade institucional e ao mais alto nível, propôs-se fazer uma sessão solene, que faz todo o sentido, porque as comemorações deixaram de ser apenas de um Sindicato, tendo em conta a sua relevância. Informou ainda que a Sr.ª Vereadora reuniu com o Sindicato e teve a preocupação de combinar as horas.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** disse que aquilo que pretende é que as situações se resolvam da melhor forma, passando a explicar que houve uma reunião com o STIV – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, como sempre acontece, em que este perguntou o que a Câmara pretendia fazer em relação ao 18 de janeiro. A Câmara informou quais as ações programadas, incluindo a sessão solene às 10:00 horas. Foram também acertados alguns horários, para se chegar a uma organização conjunta. Se agora há algum conflito de horários há que acertá-los, porque não há qualquer intenção de separar as comemorações. Havendo estes desajustes vai-se resolver o problema, porque não há intenção de dividir. Entende que quando há colaboração e boa vontade tudo se resolve. A intenção da Câmara é tornar o mais digno possível as comemorações do 18 de janeiro e fazer com que seja um evento aberto e participado.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** perguntou à Sr.ª Vereadora Cidália se conhecia algum facto que levasse a algum desconforto do STIV em relação à maior participação do executivo municipal.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** respondeu que não. Referiu que a organização das comemorações sempre foi falada com o STIV, no sentido de integrar as ações da Câmara, para lhes conferir cada vez maior dignidade. É por isso que há uma sessão solene, que é a primeira vez que se realiza.

Nesta altura os Srs. Vereadores Carlos Logrado e Vítor Pereira envolveram-se numa troca de palavras, a que o Sr. Presidente pôs termo, dizendo que a Sr.ª Vereadora vai falar com o STIV e depois transmitirá o que for acertado.

Sobre as questões colocadas o Sr. Presidente respondeu o seguinte:

- ⇒ Centros históricos – na próxima reunião poderá falar mais sobre o assunto, mas por agora apenas pode informar que teve uma reunião em Lisboa, e que o Primeiro-Ministro falou sobre o revitalizar dos centros históricos para o desenvolvimento da economia nacional.
- ⇒ Arbustos – alguns vão ser cortados e outros serão transplantados para outro sítio, designadamente para a Zona Industrial, e irá ser plantado outro tipo de árvore, que permita maior visibilidade.
- ⇒ Pinhal das Artes – já referiu que desde a primeira hora que foi contactado sobre a situação que se pôs em campo. Se a situação já vinha de trás, lamenta que não tenha chegado ao seu conhecimento, no entanto está-se a tentar reverter a situação em conjunto com a organização da SAMP.
- ⇒ Automóveis velhos – a situação vai ser resolvida, assim como a situação dos terrenos devolutos.
- ⇒ Cabine em S. Pedro – tomou nota da situação e vai ser visto, e se não funcionar será retirada.
- ⇒ Bancos de madeira junto à rodoviária – são equipamentos que exigem muita manutenção, porque a madeira apodrece. A solução encontrada destina-se também a impedir o estacionamento no local assim como junto aos CTT. Os bancos de Casal do Malta também vão ser mudados.
- ⇒ Iluminação do Marco Rotário – foi uma empresa que a executou, enquadrada na lei do mecenato, e a quem a Câmara já agradeceu.
- ⇒ Monumento ao 18 de janeiro – parece-lhe que ficaria bem no Parque Mártires do Colonialismo. Julga até que foi construído para isso, mas vai pedir para se ver se o projeto está na Câmara. Na sua opinião, se o monumento ficasse no Parque permitia o acesso às pessoas e o saber o que ele significa.
- ⇒ Placards e propaganda política junto ao Parque Mártires – relativamente à propaganda política, ela não pode ser retirada de qualquer maneira, mas é evidente que quando a Câmara arranjar o local será encontrada uma solução.
- ⇒ Pinturas nas estradas – é da responsabilidade das Estradas de Portugal, mas neste momento as obras ainda não estão acabadas. Não sabe se a situação que foi aqui apresentada é da autoria da Câmara, mas se for, o Instituto de Estradas teve que a autorizar. Contudo, convém referir que em termos de trânsito é muito difícil agradar a automobilistas e a peões.
- ⇒ Alqueva – a Marinha Grande situa-se numa zona plana, sem declive. Quando se faz uma obra nova ou uma requalificação há a preocupação com todas as infraestruturas, entre as quais o saneamento pluvial. Mas quando a chuva é muita, e devido às linhas de água, que são muitas e de dimensão reduzida, para além das construções edificadas sobre elas, não é fácil evitar as inundações. Os solos estão cada vez mais impermeabilizados e a água não é absorvida pelos terrenos e tem que escoar para algum lado, porque as linhas de água são pequenas e não permitem fazer esse escoamento. A acrescentar a esta situação há também a canalização dos pluviais para o saneamento doméstico.

Neste momento o projeto para a Rua das Andorinhas está a ser pensado com saneamento pluvial.

Junto ao estabelecimento do Marques Pereira não sabe o que se terá passado, uma vez que o parque de estacionamento da antiga J. Ferreira Custódio, recentemente executado, tem saneamento pluvial e grelhas de enrelvamento que absorvem as águas. O que aconteceu talvez tenha resultado do facto de as caixas não terem capacidade suficiente face à quantidade de água.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Terminado o período de antes da ordem do dia, o Sr. Presidente interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 10:55 horas às 11:10 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 33, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2015

1 - Presente a ata n.º 33, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 10 de dezembro de 2015, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N. 1817/15, DATADO DE 04/12/2015 – PC N.º 453/15, DATADO DE 04/12/2015 – CAROLINA FÉLIX MARQUES

2 - Presente requerimento n.º 1817/15, datado de 2015/12/04, constante do processo camarário n.º 453/15, subscrito por **CAROLINA FÉLIX MARQUES**, com o NIF 239833350, residente na Rua dos Cavalinhos, Edifício Brisa do Mar, Fração 1-A, Praia do Vale Furado, freguesia de Pataias, concelho de Alcobaça, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de uma habitação unifamiliar e muros de vedação”**, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua da Ponte a Pedreanes, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8.160, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 8.889.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/01/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

Presentes pareceres técnicos dos serviços, datados de 2015/12/17 e de 2015/12/28, que referem que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação. Após a análise da pretensão e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Construção de uma habitação unifamiliar e muros de vedação”*, a incidir sobre um prédio rústico sito na Rua da Ponte a Pedreanes, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8.160, e inscrito na respetiva matriz sob o número 8.889, com o número de processo 453/15, com data de entrada em 2015/12/04, apresentado por CAROLINA FÉLIX MARQUES, com o NIF n.º 239833350, residente na Rua dos Cavalinhos, Edifício Brisa do Mar, Fração 1-A, Praia do Vale Furado, freguesia de Pataias, concelho de Alcobaça, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.
2. Apresentação, em igual período, de nova Planta de Implantação à escala 1/200, desenhada sobre levantamento topográfico do terreno, contendo a discriminação da área de 34,50m² indicada a ceder para domínio público, em área a ceder para passeio público e área a ceder para arruamento público.
3. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.
4. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados, de acordo com a alínea a) do art. 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.
5. Execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente um passeio ao longo da frente do prédio confinante com a Rua da Ponte a Pedreanes, com a dimensão e alinhamento constantes da peça gráfica correspondente à *“TOPOGRAFIA/IMPLANTAÇÃO/MURO FRONTAL”* - *“Desenho 1”*, com o mesmo tipo de material existente no passeio localizado a Nascente do prédio, designadamente a pavimentação do passeio em calçada de calcário com as dimensões 0,05x0,05x0,05m, após execução de uma base em *“toutvenant”*, com 0,15m de espessura e lancil de calcário com as dimensões de 0,13m (largura à vista) x 0,22m (altura) x 0,13m (largura da base).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/01/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

4 - REQ. N. 1492/15, DATADO DE 14/10/2015 – PC N.º 379/15, DATADO DE 14/10/2015 – AUGUSTO BATISTA DIAS e MARIA HORTENSE PEREIRA SAPATEIRO BATISTA DIAS

3 - Presente requerimento n.º 1492/15, datado de 2015/10/14, constante do processo camarário n.º 379/15, subscrito por AUGUSTO BATISTA DIAS, com o NIF 196041970 e por MARIA HORTENSE PEREIRA SAPATEIRO BATISTA DIAS, com o NIF 168120526, ambos residentes na Rua Manuel Balseiro Guerra, n.º 45, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de moradia unifamiliar, anexo e muros de vedação*”, incidente sobre dois prédios urbanos, sítios na Rua Álvaro Filipe Gouveia Pedrosa, lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 1.284 e 7.563, e inscritos na matriz predial rústica da freguesia de Vieira de Leiria sob os artigos número 5.384 e número 5.549, respetivamente.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2015/12/29, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de moradia unifamiliar, anexo e muros de vedação*”, incidente sobre dois prédios urbanos, sítios na Rua Álvaro Filipe Gouveia Pedrosa, lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 1.284 e 7.563, e inscritos na matriz predial rústica da freguesia de Vieira de Leiria sob os artigos número 5.384 e número 5.549, respetivamente, com o número de processo 379/15, com data de entrada em 2015/10/14, apresentado por AUGUSTO BATISTA DIAS, com o NIF 196041970 e por MARIA HORTENSE PEREIRA SAPATEIRO BATISTA DIAS, com o NIF 168120526, ambos residentes na Rua Manuel Balseiro Guerra, n.º 45, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.
2. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.
3. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados, de acordo com a alínea a) do art. 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/01/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

4. Execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a Rua Álvaro Filipe Gouveia Pedrosa, sendo os materiais a aplicar no passeio, idênticos aos existentes na envolvente, ou seja, calçada em pedra calcária, devendo considerar-se a colocação de película de plástico preto entre a camada base e a almofada de assentamento, de modo a evitar o crescimento das ervas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N. 1923/15, DATADO DE 18/12/2015 – PC N.º 164/15, DATADO DE 19/05/2015 – MANUEL CASEIRO & FILHOS, LDA

4 - Presente requerimento n.º 1923/15, datado de 2015/12/18, constante do processo camarário n.º 164/15, subscrito por MANUEL CASEIRO & FILHOS, LDA., com o NIPC 504250663, com sede na Rua António Augusto Costa, n.º 12, Sismaria, freguesia de Marrazes, concelho de Leiria, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Alteração de habitação unifamiliar e muros*”, incidente sobre um prédio urbano, sito na Avenida Eng.º Arala Pinto, Casal do Malta, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19.276, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 19363-P, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação de Câmara datada de 2015/06/11.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2015/12/29, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/10, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de “*Alteração de habitação unifamiliar e muros*”, incidente sobre um prédio urbano, sito na Avenida Eng.º Arala Pinto, Casal do Malta, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19.276, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 19363-P, com o número de processo 164/15, com data de entrada em 2015/05/19, apresentado por MANUEL CASEIRO & FILHOS, LDA., com o NIPC 504250663, com sede na Rua António Augusto Costa, n.º 12, Sismaria, freguesia de Marrazes, concelho de Leiria, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/01/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 1891/15, DATADO DE 16/12/2015 – PC N.º 475/15, DATADO DE 16/12/2015 – RAIMUNDO SOUSA SANTOS

5 - Presente requerimento n.º 1891, registado em 2015/12/16, respeitante ao processo n.º 475/15, referente ao pedido de **licenciamento de alteração do material de revestimento das fachadas** da moradia sita na Rua das Pexinas, n.º 21, lugar do Camarnal, freguesia e concelho de Marinha Grande, erigida no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 9.993 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 14.834, com construção licenciada n.º 348/1996, e possuindo licença de utilização n.º 199/97, apresentado por **RAIMUNDO SOUSA SANTOS**, com o NIF 153284153, residente na Rua das Pexinas, n.º 21, lugar do Camarnal, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico datado de 2015/12/22 que atesta estar o projeto em condições de merecer aprovação.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento de alteração do material de revestimento das fachadas da moradia sita na Rua das Pexinas, n.º 21, lugar do Camarnal, freguesia e concelho de Marinha Grande, erigida no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 9.993 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 14.834, apresentado por RAIMUNDO SOUSA SANTOS, com o NIF 153284153, residente na Rua das Pexinas, n.º 21, lugar do Camarnal, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/01/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

3- Deverá assegurar a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 851/14, DATADO DE 06/06/2014 – PC N.º 196/14, DATADO DE 06/06/2014 – RUI MANUEL LEAL DOMINGUES

6 - Presente pedido com o registo n.º 851/14, datado de 06/06/2014 relativo a **legalização de alterações efetuadas em edifício destinado a armazém**, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9818 e omissa na matriz predial urbana, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 196/14, com data de entrada de 06/06/2014, apresentado por **RUI MANUEL LEAL DOMINGUES**, com o NIF 174459637, residente em Venda, Maceira, freguesia de Maceira e concelho de Leiria.

Presente informação técnica, datada de 05/01/2015, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a **legalização de alterações efetuadas em edifício destinado a armazém**, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9818 e omissa na matriz predial urbana, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 196/14, com data de entrada de 06/06/2014, apresentado por **RUI MANUEL LEAL DOMINGUES**, com o NIF 174459637, residente em Venda, Maceira, freguesia de Maceira e concelho de Leiria.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/01/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

**8 - REQ. N. 1933/15, DATADO DE 22/12/2015 – PC N.º 314/12, DATADO DE 23/10/2012 –
MARIA HELENA MENDES VINAGRE DE SOUSA ARTILHEIRO**

7 - Presente requerimento registado sob o n.º 1933/15, em 22/12/2015, referente a pedido de licenciamento (legalização) de alterações efetuadas em obra, incidentes sobre a moradia sita na Rua da Figueira do Gomes, n.º 18, Moita, Marinha Grande, com processo camarário n.º 314/12, erigida no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1488 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 227 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1.358, da freguesia de Moita, apresentado por **MARIA HELENA MENDES VINAGRE SOUSA ARTILHEIRO**, com o NIF 121103714, residente na Rua 10 de junho, n.º 8, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico datado de 2015/12/30, que atesta estar o projeto apto para aprovação.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento (legalização) da obra de alteração da moradia sita na Rua da Figueira do Gomes, n.º 18, Moita, Marinha Grande, erigida no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1488 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 227 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1358, da freguesia de Moita, respeitante ao processo camarário n.º 314/12, apresentado por **MARIA HELENA MENDES VINAGRE SOUSA ARTILHEIRO**, com o NIF 121103714, residente na Rua 10 de junho, n.º 8, Moita, Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2- Para efeito de concessão de autorização de utilização deverá assegurar a previa apresentação dos seguintes elementos:

- Certidão de registo atualizada face à cedência para o domínio público de parcela de terreno para passeio, conforme projeto licenciado;
- Registo dos dados dos Resíduos de Construção e Demolição – RCD, nos termos do disposto na alínea f) do artigo 11.º do Decreto-lei n.º 46/2008, de 12 de março de acordo com o modelo constante do anexo II, parte integrante do diploma referido.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**9 - REQ. N. 1966/15, DATADO DE 28/12/2015 – PC N.º 177/14, DATADO DE 23/05/2014 –
CÉSAR JORGE DO COUTO FERNANDES e ANA PAULA CALVÁRIO DOS SANTOS**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/01/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

8 - Presente o requerimento n.º 1966/15, registado em 2015/12/28, relativo a pedido de alteração do projeto de **obras de urbanização**, designadamente alteração da calendarização da execução da obra, a realizar no âmbito processo n.º 177/14, aprovado na reunião de Câmara Municipal de 2015/08/13, apresentado por **CÉSAR JORGE DO COUTO FERNANDES**, com o NIF 205571018 e por **ANA PAULA CALVÁRIO DOS SANTOS**, com o NIF 211169315, residentes na Rua de Leiria, n.º 5, lugar de Monte Real, freguesia de Monte Real e concelho de Leiria.

Presente informação técnica, datada de 2016/01/05, que atesta encontrar-se o pedido apto para decisão.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de alteração da calendarização da execução da obra de urbanização apresentado por CÉSAR JORGE DO COUTO FERNANDES, com o NIF 205571018 e por ANA PAULA CALVÁRIO DOS SANTOS, com o NIF 211169315, residentes na Rua de Leiria, n.º 5, lugar de Monte Real, freguesia de Monte Real e concelho de Leiria, que no âmbito do pedido de licenciamento de obras de construção de moradia e muro, referente ao processo camarário n.º 177/14, com data de entrada de 2014/05/23, aprovado na reunião de Câmara Municipal de 2015/08/13, cujas obras de urbanização se propuseram realizar.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 1967/15, DATADO DE 28/12/2015 – PC N.º 177/14, DATADO DE 23/05/2014 – CÉSAR JORGE DO COUTO FERNANDES e ANA PAULA CALVÁRIO DOS SANTOS

9 - Presente processo camarário n.º 177/14, com data de entrada em 2014/05/23, referente ao **licenciamento da construção de uma moradia e muro**, no prédio com 1390,00m², sito no lugar do Boco, freguesia de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4.627 e inscrito na matriz predial rústica sob n.º 17, da freguesia de Vieira de Leiria, bem como o pedido de **licenciamento relativo a obras de urbanização referentes às infraestruturas viária e de rede de drenagem de águas domésticas e pluviais**, apresentados por **CÉSAR JORGE DO COUTO FERNANDES**, com o NIF 205571018 e por **ANA PAULA CALVÁRIO DOS SANTOS**, com o NIF 211169315, residentes na Rua de Leiria, n.º 5, lugar de Monte Real, concelho de Leiria, aprovados em reunião de Câmara de 13 de agosto de 2015.

Presentes alterações ao projeto de execução das obras de urbanização, designadamente alteração da calendarização da execução da obra, aprovadas por deliberação camarária tomada na reunião de 2016/01/12.

Presente minuta do contrato de urbanização, a celebrar ao abrigo do n.º 3 do artigo 25.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/01/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto -Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Na sequência da aprovação dos pedidos de licenciamento da construção de uma moradia e muro, no prédio com 1390,00m², sito no lugar do Boco, freguesia de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4.627 e inscrito na matriz predial rústica sob n.º 17, da freguesia de Vieira de Leiria, bem como das obras de urbanização referentes às infraestruturas viária e de rede de drenagem de águas domésticas e pluviais, (processo camarário n.º 177/14, com data de entrada em 2015/05/23) apresentado por CÉSAR JORGE DO COUTO FERNANDES, com o NIF 205571018 e por ANA PAULA CALVÁRIO DOS SANTOS, com o NIF 211169315, residentes na Rua de Leiria, n.º 5, lugar de Monte Real, concelho de Leiria, a Câmara delibera APROVAR a minuta do contrato de urbanização, a celebrar com os interessados nos termos do n.º 3 do artigo 25.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto -Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que se passa a reproduzir:

CONTRATO DE URBANIZAÇÃO

(Celebrado ao abrigo do n.º 3 do artigo 25.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto -Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro)

Considerandos

- 1- CÉSAR JORGE DO COUTO FERNANDES e ANA PAULA CALVÁRIO DOS SANTOS, proprietários do prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4627 e inscrito na matriz predial rústica sob n.º 17, sito no lugar do Boco, freguesia de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande;
- 2- Através do requerimento 760/14, registado em 2014/05/23, solicitaram uma licença para construção de uma moradia e muro no terreno referido no número anterior;
- 3- De acordo com o Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, o terreno em que pretendem erigir a moradia situa-se em área urbanizável do Aglomerado Urbano do Boco, não dispondo atualmente de infraestruturas de saneamento doméstico e pluvial e de arruamento e passeio pavimentado;
- 4- A Câmara Municipal deliberou em 2014/07/31 notificar os titulares do projeto da decisão de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, adiante designado por RJUE, por ausência de infraestruturas de saneamento e de acesso viário pavimentado;
- 5- A proposta de indeferimento foi-lhes comunicada, pelo ofício n.º 844/14, de 2014/08/01;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/01/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

- 6- Em sede de audiência prévia, os interessados apresentaram através do requerimento n.º 1655/14, registado em 2014/10/30, compromisso escrito relativo à execução das infraestruturas em causa e aos encargos de funcionamento das mesmas pelo período de dez anos;
- 7- Pelos requerimentos n.º 208/15 e n.º 582/15, registados em 2015/02/18 e em 2015/04/28, respetivamente, apresentaram o respetivo projeto de obras de urbanização;
- 8- O processo de licenciamento da moradia e muro, incluindo o projeto de execução das obras de urbanização, foi aprovado em reunião de Câmara de 13 de agosto de 2015.
- 9 – Pelo requerimento n.º 1966/15, de 2015/12/28, foi apresentada alteração do projeto de obras de urbanização, designadamente alteração da calendarização da execução da obra.
- 10 – A alteração ao projeto de obras de urbanização foi aprovada por deliberação tomada em reunião de Câmara de 12016/01/12.

Outorgantes

Entre

MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE, detentor do NIPC 505 776 758, com sede na Praça Guilherme Stephens, 2430-522, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Campos Vicente, que outorga em execução da deliberação tomada em reunião de Câmara de 2015/08/13, adiante designado por PRIMEIRO OUTORGANTE;

E

CÉSAR JORGE DO COUTO FERNANDES, com o NIF 205571018 e ANA PAULA CALVÁRIO DOS SANTOS, com o NIF 211169315, residentes na Rua de Leiria, n.º 5, lugar de Monte Real, concelho de Leiria, adiante designada por SEGUNDOS OUTORGANTES;

É celebrado, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 25º do RJUE, o seguinte contrato de urbanização:

CLÁUSULA 1ª (Objeto)

O presente contrato tem como objeto a contratualização das obrigações assumidas pelos SEGUNDOS OUTORGANTES, no âmbito da operação urbanística relativa à construção de uma moradia e muro no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4627 e inscrito na matriz predial rústica sob n.º 17, sito no lugar do Boco, freguesia de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande, e consequente redução proporcional das taxas por realização das necessárias infraestruturas urbanísticas.

CLÁUSULA 2ª (Obrigações da 2.ª outorgante)

OS SEGUNDOS OUTORGANTES obrigam-se a proceder à execução das obras de urbanização, relativas ao prolongamento e requalificação do acesso viário (Rua do Campo), em toda a frente do prédio identificado na cláusula 1ª, prolongamento da rede pública de

saneamento doméstico e pluvial que servirão a moradia, e à assunção dos encargos de funcionamento dessas infraestruturas por um período de 10 anos.

CLÁUSULA 3ª
(Obras)

As obras mencionadas na cláusula anterior são as constantes dos projetos específicos apresentados pelos requerimentos n.º 208/15 e n.º 582/15, aprovados em reunião da Câmara Municipal da Marinha Grande de 13 de agosto de 2015, e constantes das alterações ao projeto de obras de urbanização, apresentadas pelo requerimento n.º 1966/15, aprovado por reunião da Câmara Municipal da Marinha Grande de 12 de janeiro de 2016, que fazem parte integrante do processo de licenciamento de construção n.º 177/14, em nome dos SEGUNDOS OUTORGANTES.

CLÁUSULA 4ª
(Valor das obras)

- 1- O valor das obras a realizar é de 6.499,14 € (seis mil, quatrocentos e noventa e nove euros e catorze cêntimos), sendo que 4.922,64 euros dizem respeito às infraestruturas viárias e 1.576,50 euros referem-se ao prolongamento da rede de drenagem de águas residuais e pluviais.
- 2- O valor mencionado no número anterior é fixo e independente de quaisquer alterações que ocorram no decurso das obras objeto do presente contrato.

CLÁUSULA 5ª
(Caução)

- 1- OS SEGUNDOS OUTORGANTES prestaram caução para garantir a boa e regular execução das obras previstas no presente contrato.
- 2- A caução prevista no número anterior, de valor correspondente ao valor previsto na cláusula 4.ª, foi prestada por garantia bancária autónoma, à primeira solicitação, sobre a Caixa de Crédito Agrícola, com o número 72006543748, datada de 15 de setembro de 2015.
- 3- O PRIMEIRO OUTORGANTE procederá, por solicitação dos SEGUNDOS OUTORGANTES, à redução e cancelamento da caução, nos termos do artigo 295º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

CLÁUSULA 6ª
(Prazo das obras)

- 1- As obras previstas no presente contrato deverão ser realizadas no prazo de 12 meses, a contar da data de emissão do respetivo alvará de obras de urbanização.
- 2- O prazo referido no número anterior poderá ser alterado, por solicitação dos SEGUNDOS OUTORGANTES, nos termos do artigo 53º do RJUE.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/01/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

CLÁUSULA 7ª **(Fiscalização)**

- 1- O PRIMEIRO OUTORGANTE disporá dos poderes de fiscalização que legalmente lhe assistem, no que respeita à realização, pelos SEGUNDOS OUTORGANTES, das obras previstas no presente contrato.
- 2- Sempre que em ação de fiscalização o PRIMEIRO OUTORGANTE detete que a execução das obras, previstas no presente contrato, não obedece aos projetos aprovados e às condições neles fixadas, pode ordenar os SEGUNDOS OUTORGANTES, fixando-lhe o prazo necessário, que proceda à regularização da situação.
- 3- Sempre que se verifique uma situação de incumprimento, por parte dos SEGUNDOS OUTORGANTES, das obras a que se reporta o presente contrato, resultante, designadamente, de não acatamento de instruções dadas no âmbito do número anterior, suspensão não autorizada ou abandono injustificado das obras, o PRIMEIRO OUTORGANTE pode promover, por conta dos SEGUNDOS OUTORGANTES, a realização das obras em causa.
- 4- Na situação prevista no número anterior, as despesas serão pagas por força da caução prestada, nos termos da cláusula 5ª do presente contrato.

CLÁUSULA 8ª **(Receção das obras)**

Às receções provisória e definitiva das obras previstas no presente contrato, aplicar-se-á o disposto no artigo 87.º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 1850/15, DATADO DE 09/12/2015 – PC N.º 460/15, DATADO DE 09/12/2015 –
LUIS CARLOS FERREIRA MENDES e VANESSA ISABEL VENTURA PEDROSO DOS SANTOS

10 - Presente requerimento n.º 1850/15, registado em 09/12/2015, no âmbito do processo n.º 460/15, com data de entrada de 09/12/2015, referente ao pedido de **licenciamento da obra de construção de moradia, anexo e muro**, incidente sobre o prédio sito na Rua Álvaro Domingues, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 10.362 e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 9.079, apresentado por **LUIS CARLOS FERREIRA MENDES**, com o NIF 233968717, residente na Rua da Industria Vidreira, n.º 94, 1.º Dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, e por **VANESSA ISABEL VENTURA PEDROSO DOS SANTOS**, com o NF 241190436, residente na Rua Santa Isabel, n.º 15, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico datado de 21/12/2015, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a ser aprovado, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis.

Após análise do projeto de arquitetura apresentado pelo requerimento n.º 1850/15, registado em 09/12/2015, no âmbito do processo n.º 460/15, com data de entrada de 09/12/2015, referente ao pedido de licenciamento da obra de construção de moradia, anexo e muro, incidente sobre o prédio sito na Rua Álvaro Domingues, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 10.362 e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 9.079, subscrito por LUIS CARLOS FERREIRA MENDES, com o NIF 233968717, residente na Rua da Indústria Vidreira, n.º 94, 1.º Dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, e por VANESSA ISABEL VENTURA PEDROSO DOS SANTOS, com o NF 241190436, residente na Rua Santa Isabel, n.º 15, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 21/12/2015, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR os requerentes para, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, se pronunciarem, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por o mesmo não assegurar o cumprimento das normas técnicas descritas no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08 de agosto, Secção 2.9.4.2), por não apresentar zona livre, com satisfação ao especificado no n.º 4.1.1, de um dos lados da sanita.

Delibera, ainda, informar:

- a) A planta de implantação deverá ser completada com a indicação da localização dos contadores, recetáculo postal e recolha de águas residuais;
- b) Deverá ser apresentado termo de responsabilidade subscrito pelo coordenado de projeto, que ateste a compatibilidade entre os projetos, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 10.º do RJUE.
- c) Considerando que o projeto referencia a existência ou a previsão de um poço, deverá ser indicado o meio de extração dos recursos hídricos. Caso o meio de extração dos recursos hídricos seja superior a 5 CV, deverá ser apresentado documento comprovativo da posse de título de utilização para captação de água subterrânea, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio e Despacho n.º 14872/2009, de 02 de julho.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**12 - REQ. N. 1854/15, DATADO DE 09/12/2015 – PC N.º 22/14, DATADO DE 22/01/2014 –
RODRIGO ALVES LAVOS**

11 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1854/15, datado de 09/12/2015, subscrito por **RODRIGO ALVES LAVOS**, com o NIF 125683120, com morada em Rua Principal, n.º 95, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/01/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

de utilização para o edifício objeto de legalização, licenciada no âmbito do processo n.º 22/14 e titulada pelo alvará de licença de Legalização n.º 81/15, emitido em 07/09/2015.

Presente parecer técnico datado de 23/12/2015, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na em Rua Principal, n.º 95, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de RODRIGO ALVES LAVOS, com o NIF 125683120, com morada em Rua Principal, n.º 95, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Brás
- 2) Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 344/13, DATADO DE 07/03/2013 – PC N.º 418/11, DATADO DE 10/11/2011 – MANUEL SIMÕES CARVALHO

12 - Presente pedido de licenciamento de obra de construção de moradia e demolição de uma edificação existente no prédio sito na Rua José Moreira n.º 47, em Viera de Leiria, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 5513-P e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2069, apresentado por **MANUEL SIMÕES CARVALHO**, com o NIF 196454123, residente na Rua du Gros Buisson, 93250 Villemomble, França, com poderes de representação conferidos a Carla Patrícia Oliveira Gameiro, com o NIF 215625501, com residência na Rua do Loureiro, n.º 2, Cacinheira, Casal dos Bernardos, Ourém, licenciado por deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal de 2013/03/21.

Presente deliberação camarária datada de 2015/11/12, pela qual foi concedido ao requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 10 dias para se pronunciar sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a caducidade da licença para a realização da operação urbanística referida.

Presente parecer técnico datado de 2016/01/06, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido ao requerente, sem que este tenha apresentado quaisquer alegações.

A Câmara Municipal analisou a pretensão bem como o parecer técnico que sobre ela recaiu, datado de 2016/01/06, e tendo verificado que depois de devidamente notificado em sede de audiência prévia, o requerente nada alegou em relação à referida intenção, e:

- 1- Considerando que o interessado, **MANUEL SIMÕES CARVALHO**, com o NIF 196454123, residente na Rua du Gros Buisson, 93250 Villemomble, França, com poderes de representação conferidos a Carla Patrícia Oliveira Gameiro, com o NIF 215625501, com residência na Rua do Loureiro, n.º 2, Cacinheira, Casal dos Bernardos, Ourém, foi notificado da deliberação de licenciamento da **obra de construção de moradia e demolição de uma edificação existente**, no prédio sito na Rua José Moreira n.º 47, em Viera de Leiria, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 5513-P e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2069, referente ao processo camarário n.º 418/11, registado em 2011/11/10, tomada na Reunião da Câmara Municipal de 2013/03/21, a qual foi comunicada ao interessado através do ofício n.º 289/13, de 2013/03/22, rececionado em 2013/03/28;
- 2- Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção ou seja até 2014/03/28, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;
- 3- Considerando que o prazo de um ano inicialmente conferido foi automaticamente elevado para o dobro, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 120/2013, de 21/08, com término a 2015/03/28. Condição que foi comunicada ao titular do processo pelo ofício n.º 486/14, de 2014/05/08, com receção ocorrida 2014/05/14.
- 4- Considerando que pelo ofício n.º 486/14, de 2014/05/08, o requerente foi informado de que poderia requerer a prorrogação do prazo, nos termos do n.º 2 do artigo 76.º do RJUE e que não o fez;
- 5- Considerando que o interessado tinha até ao dia 2015/03/28 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;
- 6- Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
- 7 Considerando que o requerente foi notificado da intenção de ser declarada a caducidade da licença mediante o nosso ofício n.º 1066/15, datado de 2015/11/13, rececionado em 2015/11/16, concedendo-lhe um prazo de 10 dias úteis para, em sede de audiência prévia, apresentar as alegações que entendesse pertinentes, ou seja, até, 2015/11/30, e que não o fez;

8- Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

Delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, DECLARAR A CADUCIDADE da licença concedida pela decisão tomada na reunião de Câmara Municipal de 2013/03/21, referente ao processo n.º 418/11, registado em 2011/11/10, para licenciamento de obra de construção de moradia e demolição de uma edificação existente no prédio sito na Rua José Moreira n.º 47, em Viera de Leiria, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 5513-P e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2069, apresentado por MANUEL SIMÕES CARVALHO, com o NIF 196454123, residente na Rua du Gros Buisson, 93250 Villemomble, França, com poderes de representação conferidos a Carla Patrícia Oliveira Gameiro, com o NIF 215625501, com residência na Rua do Loureiro, n.º 2, Cacinheira, Casal dos Bernardos, Ourém, por terem decorridos os prazos previstos no referido regime jurídico, para que a requerente solicitasse a emissão do respetivo alvará.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - ORÇAMENTAÇÃO E GESTÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL PARA O ANO DE 2016.

13 - O n.º 1 do artigo 31.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, dispõe que o orçamento dos órgãos ou serviços deve prever os seguintes encargos relativos aos trabalhadores:

- Encargos relativos a remunerações;
- Encargos relativos aos postos de trabalho previstos e não ocupados nos mapas de pessoal aprovados e para os quais se preveja o recrutamento;
- Encargos com alterações do posicionamento remuneratório;
- Encargos relativos a prémios de desempenho.

O seu n.º 2 preceitua que compete ao dirigente máximo do órgão ou serviço decidir sobre o montante máximo de cada um dos tipos de encargos, podendo optar pela afetação integral das verbas orçamentais correspondentes a apenas um dos tipos. A decisão deve ser tomada no prazo de 15 dias após o início da execução do orçamento, devendo discriminar as verbas afetas a cada tipo de encargos, nos termos do n.º 3.

Por seu turno, o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que procede à adaptação à administração autárquica do disposto na LTFP, conforme se infere do n.º 3 do artigo 42.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, designadamente no que respeita às competências em matéria administrativa dos correspondentes órgãos, prescreve que os orçamentos das autarquias locais preveem verbas destinadas a suportar os encargos

previstos no n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (atualmente, o n.º 1 do artigo 31.º da LTFP).

Nos termos do n.º 2 do citado artigo 5.º, compete ao órgão executivo decidir sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos:

- a) Recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados no mapa de pessoal aprovado, e, ou;
- b) Alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções;
- c) Atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores.

Em obediência ao disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, o órgão executivo fixa fundamentadamente, o montante máximo, com as desagregações necessárias dos encargos que se propõe suportar, bem como o universo das carreiras e categorias onde as alterações do posicionamento remuneratório na categoria podem ter lugar.

Igual procedimento se aplica à atribuição dos prémios de desempenho, por força do n.º 1 do artigo 13.º do mesmo diploma.

Porém, considerando que o artigo 12.º-H da Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de julho, que foi mantido em vigor *ex vi* n.º 2 do artigo 7 da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, determina a prorrogação da lei do Orçamento do Estado do ano anterior, mantêm-se em vigor as normas constantes da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015). Significa isto, que nos termos do n.º 1 do artigo 38.º da LOE 2015, mantêm-se em vigor a proibição das valorizações remuneratórias, não podendo o órgão executivo fixar quaisquer verbas para o tipo de encargos identificado na alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009.

No que respeita ao encargo previsto na alínea c) e atendendo ao regime em vigor no n.º 1 do artigo 39.º da LOE 2015, podem ser atribuídos, com caráter excecional, prémios de desempenho, com limite de 2% dos trabalhadores do serviço, tendo como referência a última avaliação de desempenho efetuada, desde que não haja aumento global da despesa com pessoal. Considerando que a implementação do sistema de gestão e avaliação do desempenho dos trabalhadores ainda não atingiu o seu expoente máximo no que respeita às condições ótimas de aplicação e diferenciação de desempenhos, somos de opinião que, ainda que a lei permita abertura para a criação desta despesa, não estão reunidas na autarquia todas as condições para o efeito, motivo pelo qual não foi considerada qualquer dotação para o efeito na proposta de orçamento das despesas correntes com pessoal.

Do exposto resulta que, atualmente, cabe ao órgão executivo decidir apenas sobre o montante máximo com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados no mapa de pessoal aprovado para 2016 e à

atribuição excecional de prémios de desempenho. No que a este último encargo respeita, entendemos que não deverá ser afeta qualquer verba, pela fundamentação já apresentada.

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 5.º, n.º 1 do artigo 7.º e artigo 13.º, todos do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 38.º da LOE 2015, delibere aprovar o seguinte:

1. A afetação de 18.294,95€ (dezoito mil, duzentos e noventa e quatro euros e noventa e cinco cêntimos) para o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados, no mapa de pessoal aprovado:

Modalidade de relação jurídica de emprego público	U.O	Categoria	N.º de postos de trabalho	Despesa
Contrato de trabalho por tempo indeterminado	DFTI (Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação)	Técnico superior	2	7.313,66€
	DAM (Divisão de Administração e Modernização)	Técnico superior	1	3.660,43€
	DCD (Divisão de Cidadania e Desenvolvimento)	Técnico superior	1	3.660,43€
	DISU (Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos)	Técnico superior	1	3.660,43€

2. A não afetação de qualquer verba para alteração do posicionamento remuneratório, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 38.º da LOE 2015;
3. A não afetação de qualquer verba para atribuição de prémios de desempenho, pelos motivos expressos em supra;
4. Tornar pública a presente deliberação, por afixação no Edifício dos Paços do Concelho e publicitação na página eletrónica do Município;

Após análise, a Câmara delibera aprovar a proposta constante dos pontos 1 a 4.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VEÍCULO AUTOMÓVEL DE PASSAGEIROS - REQUERENTE: BRUNO MARQUES LEAL – AUDIÊNCIA PRÉVIA DA PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – DECISÃO FINAL

14 - Presente requerimento n.º E/3315/2015, de 16.04.2015, apresentado por Bruno Marques Leal, no qual requer indemnização no valor de 375,15 €, com I.V.A incluído, correspondente ao valor de reparação do dano causado no veículo automóvel ligeiro de passageiros, com a matrícula 25-17-DJ, em 29 de março de 2015, pelas 21h30m, após o referido veículo ter passado por cima de uma tampa de saneamento que então se soltou, existente na Estrada dos guilhermes – Amieirinha, freguesia da Marinha Grande.

Presente Informação jurídica n.º 1451/2015, de 23.10.2015, a qual conclui que não se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande.

Presente projeto de indeferimento do pedido, aprovado por unanimidade em reunião desta Câmara Municipal, realizada em 12.11.2015.

Presente ofício n.º S/4418/2015, de 30.11.2015 enviado ao requerente, através do qual foi notificado do teor do projecto de decisão de indeferimento e dos respetivos fundamentos de facto e de direito, bem como da concessão do prazo de 10 dias úteis para dizer o que se lhe oferecesse sobre o sentido provável da decisão de indeferimento.

Presente informação jurídica n.º 1747/2015, de 23.12.2015, na qual se conclui que não tendo o requerente apresentado quaisquer alegações e não tendo sido carreados para o procedimento administrativo quaisquer dados novos suscetíveis de alterar o projeto de indeferimento do pedido, mantêm-se inalterados os fundamentos de facto e de direito constantes na informação n.º 1451/2015, de 23.10.2015.

Nestes termos, concordando com as conclusões constantes na informação jurídica n.º 1747/2015, de 23.12.2015 e mantendo-se inalterados os fundamentos de facto e de direito constantes da informação jurídica n.º 1451/2015, de 23.10.2015, que aqui se dá por integralmente reproduzida, a Câmara Municipal, concordando com estes, delibera indeferir o pedido de indemnização apresentado por Bruno Marques Leal, por não se encontrarem reunidos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas, de acordo com o disposto no artigo 7º do regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - RECEPÇÃO DEFINITIVA

15 - Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Beneficiação da Rua dos Outeirinhos – Concurso público n.º 05/2007”, adjudicada por deliberação de Câmara, de 10 de janeiro de 2008, à empresa “Construções António Leal, S.A.”.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/01/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber definitivamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto nos art.ºs 227.º e 229.º do Dec-Lei nº 59/99 de 02 de Março.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - P.A. N.º 68/2015 – AP/DISU - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O CONCELHO DE MARINHA GRANDE – APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO

16 - Por deliberação camarária de 23/12/2015 foi adjudicado o processo de aquisição nº 68/2015 – AP/DISU – “*Fornecimento de energia elétrica para o concelho de Marinha Grande*”, à proposta apresentada pelo concorrente EDP COMERCIAL-COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A. pelo valor total de 1.235.137,57 euros (um milhão, duzentos e trinta e cinco mil, cento e trinta e sete euros e cinquenta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Na sequência da adjudicação, foi a EDP COMERCIAL-COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A., notificada para proceder à apresentação dos documentos de habilitação e à prestação de caução, tendo os primeiros sido submetidos a 30/12/2015 e a segunda foi comprovada a 04/01/2016 com a apresentação de declaração de seguro de caução n.º 201601002 com a apólice n.º CA30003415 da seguradora Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. no valor de 61.756,88 euros (sessenta e um mil setecentos e cinquenta e seis euros e oitenta e oito cêntimos), a qual se encontra arquivada no processo administrativo.

Face ao exposto e depois de analisado o processo de contratação, a Câmara Municipal delibera proceder à aprovação da minuta do contrato, de acordo com o artigo 98º., nº. 1, do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

17 - Considerando a relação de serviços a contratar que consta do Anexo 1, atentas as requisições internas emitidas pelas várias unidades orgânicas da Câmara Municipal da Marinha Grande, nas quais se justifica a necessidade da sua contratação.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: “(...) *Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(...).*”

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma, trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido.

Considerando que existe a dúvida, na presente data, se os serviços a contratar constantes da lista em Anexo 1 consubstanciam um contrato de tarefa e/ou avença, sendo que, se aguarda orientação clarificadora já requerida à CCDRC sobre esta matéria, conforme nosso ofício n.º S/500/2015, de 11/02/2015, do qual se anexa cópia.

Considerando que os contratos que se pretendem celebrar têm valor estimado inferior a 5.000,00€, sem IVA, e que atento o preceituado supra, não é claro que estes estejam excecionados da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

E atendendo a que,

- a) A globalidade das tarefas que constam dos processos referenciados no Anexo 1 serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.
- b) Se encontra inscrito em Orçamento da Despesa de 2015 a dotação para a assunção das despesas no ano de 2015 para a contratação dos serviços constantes do Anexo 1, tendo sido emitidos os cabimentos pelo serviço de Contabilidade.

- c) O procedimento a adotar em todos os processos que constam do Anexo 1 é o Ajuste Direto Regime Simplificado, previsto nos artigos 128.º e 129.º ambos do Código dos Contratos Públicos e que em sede de pedidos de orçamento, será devidamente validada a situação de cada entidade consultada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, não sendo emitida qualquer adjudicação sem documento que ateste a existência de situação regular, pelo que, se afigura, face aos elementos constantes de cada um dos processos identificados no Anexo 1, da inexistência de qualquer impedimento à contratação das entidades referidas no anexo.
- d) É efetuada a demonstração do cumprimento da aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82 -B/2014, de 31 de dezembro, conforme documentos apensos a cada um dos processos constantes do Anexo 1.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica aos contratos que se pretendem celebrar, por os pagamentos inerentes a cada serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, com efeitos à data de 29/12/2015, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços referidos no Anexo 1.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - PROTOCOLO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE/RÁDIO CLUBE MARINHENSE

18 - Presente minuta Protocolo a celebrar com a entidade proprietária da Rádio Clube Marinhense que tem por objeto a oferta de bilhetes de espetáculos em representação na Casa da Cultura – Teatro Stephens, promovidos pela Câmara Municipal.

Considerando que a realização de atividades culturais na Casa da Cultura – Teatro Stephens visa a promoção e difusão das artes de palco e outras iniciativas relacionadas.

Considerando que é admissível o estabelecimento de parcerias com órgãos de comunicação social, destinadas à divulgação dos eventos, incluindo a oferta de bilhetes (artigo 26.º, n.º 8, do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura – Teatro Stephens).

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/01/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

Considerando que deve ser tida em conta a relação de proximidade da Rádio Clube Marinhense com os residentes no concelho da Marinha Grande, mas não ignorando que o seu sinal é captado para além dos seus limites geográficos.

Assim, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea ee), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e com o artigo 26.º, n.º 8, do Regulamento de funcionamento e Utilização da Casa da Cultura – Teatro Stephens, aprovar a minuta de Protocolo a celebrar com a sociedade MG Rádio – Rádio e Comunicação da Marinha Grande, Lda., proprietária da Rádio Clube Marinhense, que se dá por reproduzida e fica anexa (Anexo 2).

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - RESUMO DE TESOUREARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia trinta de dezembro de dois mil e quinze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **7.448.920,22 €** (sete milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, novecentos e vinte euros e vinte e dois cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

Os processos que se seguem foram discutidos à porta fechada.

21 - PROCESSO DISCIPLINAR Nº 1/2015/DJC – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO FINAL – DECISÃO

19 - Presente o processo disciplinar n.º 1/2015/DJC, mandado instaurar a trabalhador desta Câmara Municipal, por despacho do Presidente da Câmara de 16 de abril de 2015 e composto por duas pastas integrando folhas devidamente numeradas e rubricadas.

Finda a instrução do processo em 30-11-2015, foi contra o trabalhador deduzida a Acusação que lhe foi notificada pessoalmente em 02-12-2015.

Concluída a fase de defesa do trabalhador e não tendo este requerido produção de prova nem quaisquer outras diligências, em 06-01-2016 foi elaborado pela Instrutora, em cumprimento do disposto no art.º 219.º n.º 1 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), o relatório final que ora se aprecia e que aqui se dá para todos os legais efeitos como integralmente reproduzido.

Considerando que:

- I) O trabalhador, no período de 2007 a 21 de junho de 2011, utilizou o equipamento informático colocado pela Câmara Municipal à sua disposição e guarda para a realização das suas tarefas, para visualizar, guardar e partilhar conteúdos de natureza erótica e pornográfica e imagens de crianças e jovens menores de idade, vestidas, despidas e em atos masturbatórios, no local de trabalho, durante o horário de trabalho e fora dele;
- II) Com tais atos praticou o crime de pornografia de menores pelo qual foi condenado a pena de prisão de dois anos, suspensa por igual período;
- III) As ações descritas no número I) foram realizadas sob a forma de dolo direto, na medida em que o trabalhador revelou ter consciência da gravidade e ilicitude das suas condutas, da sua censurabilidade e das consequências que as mesmas implicavam, não se tendo demovido de as continuar a praticar, mesmo depois de avisado por outro colega, revelando a exteriorização de uma vontade intelectualmente organizada, consistente e consciente de persistir nos seus comportamentos ilícitos;
- IV) Com este comportamento o trabalhador violou os deveres gerais de prossecução do interesse público e de lealdade, previstos no art.º 73.º, n.º 1 e n.º 2, alíneas a) e g), da LTFP e do dever funcional de usar, responsável e corretamente esse mesmo equipamento, a que está vinculado, previsto no n.º 2 do art.º 49.º e Anexo, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, nos termos concretamente enunciados no relatório final;
- V) Foi demonstrada a verificação de três circunstâncias agravantes especiais da punição disciplinar (a produção efectiva de prejuízos ao serviço, a premeditação e a comparticipação);
- VI) Não foram verificadas circunstâncias dirimentes ou atenuantes da pena nem que sustentem uma atenuação extraordinária da mesma pena;
- VII) A pena aplicável à infração disciplinar praticada pelo trabalhador, nas concretas circunstâncias em que praticou os factos ilícitos, espelhadas no relatório final é a de despedimento (art.º 297.º, nºs. 1, 2 e 3, alínea c), da LTFP);
- VIII) Esta pena de despedimento é a que se revela proporcional, adequada, necessária e justa em função da gravidade da infração e das suas consequências e repercussões;

- IX) A infração disciplinar continuada praticada pelo trabalhador, no período que mediou entre o ano de 2007 e 21 de junho de 2011, inviabiliza a manutenção da relação funcional pelas razões expressas no relatório final e sustentadas em doutrina e em jurisprudência dos tribunais administrativos superiores;
- X) A competência para a aplicação da pena é da Câmara Municipal (n.º 4 do art.º 197.º da LTFP).

A Câmara Municipal, concordando com o relatório final de fls. 610 a 631 do processo disciplinar, compulsado o processo instrutor, ponderadas todas as circunstâncias em que ocorreu a infração disciplinar e os demais elementos legalmente devidos, bem como a resposta apresentada pelo trabalhador à acusação, delibera aplicar ao trabalhador – titular de relação jurídica de emprego público - pela prática de uma infração disciplinar continuada de utilização do equipamento informático de serviço para fins criminalmente punidos e para a prática de atos estranhos e contrários ao interesse público e aos objectivos do serviço, imorais, desonrosos e atentatórios da idoneidade e confiança que a sua qualidade de servidor público exige, no período de 2007 a 21 de junho de 2011 e que se traduziu na violação, sob a forma de dolo direto, dos deveres gerais de prossecução do interesse público e de lealdade previstos no art.º 73.º, n.º 2, alíneas a) e g), n.º 3 e n.º 9, da LTFP e do dever funcional de usar, responsável e corretamente o equipamento de trabalho, previsto no n.º 2 do art.º 49.º e Anexo, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, A PENA DE DESPEDIMENTO, nos termos do disposto no art.º 297.º, nºs. 1, 2 e 3, alínea c), da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, por ser inviável a manutenção da relação funcional de emprego público.

Mais delibera remeter o processo à Divisão Administrativa e de Modernização/Área de Recursos Humanos, para efeitos de notificação desta deliberação ao trabalhador e demais trâmites subsequentes.

A presente deliberação foi tomada por escrutínio secreto, nos termos do artigo 55.º n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Câmara Municipal delibera, por último, que para efeitos de publicitação da ata seja omitido o nome do trabalhador visado, na medida em que o acesso ao processo e a esta deliberação apenas pode ser efetuado nos termos da Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**22 - PROCESSO DISCIPLINAR Nº 2/2015/DJC – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO FINAL –
DECISÃO**

20 - Presente o processo disciplinar n.º 2/2015/DJC, mandado instaurar a trabalhador desta Câmara Municipal, por despacho do Presidente da Câmara de 16 de abril de 2015 e composto por duas pastas integrando folhas devidamente numeradas e rubricadas.

Finda a instrução do processo em 30-11-2015, foi contra o trabalhador deduzida a Acusação que lhe foi notificada pessoalmente em 02-12-2015.

Concluída a fase de defesa do trabalhador e não tendo este requerido produção de prova nem quaisquer outras diligências, em 07-01-2016 foi elaborado pela Instrutora, em cumprimento do disposto no art.º 219.º n.º 1 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), o relatório final que ora se aprecia e que aqui se dá para todos os legais efeitos como integralmente reproduzido.

Considerando que:

- I) O trabalhador, no período de 2005 a 23 de junho de 2011, utilizou o equipamento informático colocado pela Câmara Municipal à sua disposição e guarda para a realização das suas tarefas, para visualizar, guardar e partilhar conteúdos de natureza erótica e pornográfica e imagens de crianças e jovens menores de idade, vestidas, despidas e em atos masturbatórios, no local de trabalho, durante o horário de trabalho e fora dele;
- II) Com tais atos praticou o crime de pornografia de menores pelo qual foi condenado a pena de prisão de dois anos, suspensa por igual período;
- III) As ações descritas no número I) foram realizadas sob a forma de dolo direto, na medida em que o trabalhador revelou ter consciência da gravidade e ilicitude das suas condutas, da sua censurabilidade e das consequências que as mesmas implicavam, não se tendo demovido de as continuar a praticar, mesmo depois de avisado por vários colegas de trabalho, revelando a exteriorização de uma vontade intelectualmente organizada, consistente e consciente de persistir nos seus comportamentos ilícitos;
- IV) Com este comportamento o trabalhador violou os deveres gerais de prossecução do interesse público e de lealdade, previstos no art.º 73.º, n.º 1 e n.º 2, alíneas a) e g), da LTFP, a que está vinculado, nos termos concretamente enunciados no relatório final;
- V) Foi demonstrada a verificação de três circunstâncias agravantes especiais da punição disciplinar (a produção efectiva de prejuízos ao serviço, a premeditação e a comparticipação;

- VI) Não foram verificadas circunstâncias dirimentes ou atenuantes da pena nem que sustentem uma atenuação extraordinária da mesma pena;
- VII) A pena aplicável à infração disciplinar praticada pelo trabalhador, nas concretas circunstâncias em que praticou os factos ilícitos, espelhadas no relatório final é a de despedimento (art.º 297.º, nºs. 1, 2 e 3, alínea c), da LTFP);
- VIII) Esta pena de despedimento é a que se revela proporcional, adequada, necessária e justa em função da gravidade da infração e das suas consequências e repercussões;
- IX) A infração disciplinar continuada praticada pelo trabalhador, no período que mediu entre o ano de 2005 e 23 de junho de 2011, inviabiliza a manutenção da relação funcional pelas razões expressas no relatório final e sustentadas em doutrina e em jurisprudência dos tribunais administrativos superiores;
- X) A competência para a aplicação da pena é da Câmara Municipal (n.º 4 do art.º 197.º da LTFP).

A Câmara Municipal, concordando com o relatório final de fls. 699 a 723 do processo disciplinar, compulsado o processo instrutor, ponderadas todas as circunstâncias em que ocorreu a infração disciplinar e os demais elementos legalmente devidos, bem como a resposta apresentada pelo trabalhador à acusação, delibera aplicar ao trabalhador – titular de relação jurídica de emprego público - pela prática de uma infração disciplinar continuada de utilização do equipamento informático de serviço para fins criminalmente punidos e para a prática de atos estranhos e contrários ao interesse público e aos objectivos do serviço, imorais, desonrosos e atentatórios da idoneidade e confiança que a sua qualidade de servidor público exige, no período de 2005 a 23 de junho de 2011 e que se traduziu na violação, sob a forma de dolo direto, dos deveres gerais de prossecução do interesse público e de lealdade previstos no art.º 73.º, n.º 2, alíneas a) e g), nº 3 e n.º 9, da LTFP, A PENA DE DESPEDIMENTO, nos termos do disposto no art.º 297.º, nºs. 1, 2 e 3, alínea c), da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, por ser inviável a manutenção da relação funcional de emprego público.

Mais delibera remeter o processo à Divisão Administrativa e de Modernização/Área de Recursos Humanos, para efeitos de notificação desta deliberação ao trabalhador e demais trâmites legais subsequentes.

A presente deliberação foi tomada por escrutínio secreto, nos termos do artigo 55.º n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Câmara Municipal delibera, por último, que para efeitos de publicitação da ata seja omitido o nome do trabalhador visado, na medida em que o acesso ao processo e a esta

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/01/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

deliberação apenas pode ser efetuado nos termos da Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

21 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 12:30 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião